



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Estância

1

Segunda-feira • 17 de Maio de 2021 • Ano III • Nº 3113

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Prefeitura Municipal de Estância publica:

- **IMPUGNAÇÃO – EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2021/ADM.**
- **RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2021/ADM-** Objeto: Registrar Preços para Eventual Prestação de Serviços de Locação de Veículos, visando atender as necessidades das Secretarias/Órgãos e Autarquias desse Município.



Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Licitações

AO Município de Estância do Estado de Sergipe

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO SRP n.º 09/2021/ADM

A **LOCALIZA RENT A CAR S/A**, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.670.085/0001-55, com sede em Belo Horizonte/MG, Avenida Bernardo Monteiro, nº 1563 – Funcionários. CEP: 30150-902, por seus representantes legais, vem, respeitosamente apresentar:

IMPUGNAÇÃO

pelas inclusas razões de fato e de direito a seguir expostas, as quais requer sejam recebidas e, depois de cumpridas as formalidades cabíveis, seja a presente conhecida e provida.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Cumprido observar, de início, que a abertura do certame ocorrerá dia 20/05/2021, portanto, considerando o prazo de 02 (dois) dias úteis anteriores a data de abertura para impugnação ao edital, não há qualquer dúvida quanto à tempestividade da presente peça.

II. SÍNTESE DOS FATOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

A Prefeitura publicou o EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO SRP n.º 09/2021/ADM para Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, visando locação de veículos.

I - Ao definir as condições necessárias para autorizar a participação no certame das partes interessadas, por equívoco, para demonstração da Qualificação Econômico-Financeira exigiu-se na alínea “c” do item 18.5 do edital, a apresentação de Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Índice de Solvência Geral (ISG) maiores ou iguais a 01 (um). **A não apresentação destes índices conduziria, nos termos do Edital, à inabilitação do licitante neste processo licitatório;**

II – Omissão dos limites de cobertura do seguro;

III – Omissão do pagamento de multa de trânsito;

É, pois, o que se passará a expor de forma pormenorizada.

III. DA LIMITAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. Desconsideração do princípio da ampla concorrência.

A exigência de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira é feita aos licitantes para cumprir com a finalidade e a segurança da contratação, resguardados os interesses da Administração. **A demonstração de Índice de Liquidez inferior a 01 (um), porém, não representa automaticamente a incapacidade de o licitante participar do certame.**

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na **Instrução Normativa nº 02/2010**, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame:

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que **as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo**, na forma dos §§ 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do §1º do art. 56 do referido diploma legal, para fins de contratação.

A previsão busca garantir justamente a ampliação da disputa entre todos os licitantes capazes de garantir o cumprimento da obrigação e, por consequência, a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, princípio que deve nortear as licitações.

A Lei Federal nº 8.666/1993 prevê que, para a habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa à qualificação econômico-financeira¹, com o objetivo de aferir a capacidade do licitante de executar os compromissos que por ventura lhe serão adjudicados, na hipótese de vencimento do certame.

No art. 31, detalha-se a documentação exigível para fins de qualificação econômico-financeira. Destaca-se:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

§1º. **A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja**

¹ Lei Federal nº 8.666/1993, art. 27. Para a habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a: III – qualificação econômico-financeira.

adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§2º. A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no §1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§3º. O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Veja que **o que a Lei pretende garantir é a capacidade financeira suficiente do licitante para cumprir com os compromissos que serão assumidos caso seja vencedor da licitação.**

A Instrução Normativa nº 02/2010, em interpretação da Lei, expressamente declara que **a apresentação do Índice de Liquidez não deve ser entendida isoladamente, como único parâmetro garantidor da capacidade financeira de potenciais fornecedores da Administração.** Define-se que, se o licitante apresenta Índice inferior a 01(um), passa-se necessariamente à análise do capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo exigível, nos termos do art. 31, §§ 2º e 3º da Lei nº 8.666/1993.

A avaliação da capacidade de uma empresa deve permear outros fatores que, impactam diretamente na capacidade de adimplir suas obrigações (econômico-financeira e técnica): sua estrutura; pessoal; contratos anteriores (atestados de capacidade técnica); demonstração de resultados; capital social, patrimônio líquido;

O Tribunal de Contas da União manifestou-se sobre o tema:

Decisão 269/2001 – Plenário

Trata-se de processo de acompanhamento da concessão do Aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Estado de Santa Catarina.

5. Em seguida, a ANEEL apresenta os índices de liquidez corrente e geral de dez empresas geradoras que estão em funcionamento normal e demonstra que, em quase todos os casos, os índices de liquidez são inferiores a 0,4 (zero vírgula quatro). Com base nesses dados ressalta que, se fossem observados os critérios tradicionais de análise e não fossem consideradas as peculiaridades setoriais, avaliar-se-ia que a maior parte das empresas estaria em situação crítica. **Com fulcro nessa contestação dos critérios contábeis usualmente utilizados, os quais sustentam que os índices de liquidez devem ser superiores a 1 (hum), conclui afirmando que um índice de liquidez equivalente a 0,1 (zero vírgula um) é satisfatório**, em se tratando de licitação de aproveitamento de recursos hídricos, consideradas as peculiaridades setoriais.

8. Para possibilitar a realização de análises válidas da situação financeira de uma empresa, deve-se comparar os seus índices com os de outras empresas do mesmo setor. Nesse sentido, Matarazzo (Op. Cit., p. 190) afirmou que:

‘A avaliação de um índice e a sua conceituação como ótimo, bom, satisfatório, razoável ou deficiente só pode ser feita através da comparação com padrões. Não existe o bom ou o deficiente em sentido absoluto... **Assim, é preciso definir um**

conjunto (universo) e, em seguida, comparar um elemento com os demais do conjunto para atribuir-lhe determinada qualificação[...]

A grande questão reside no fato de analisar três aspectos: em que situações é aceitável a fixação de índices, quais seriam esses indicadores e qual seria o valor admissível para cada um deles.

Com relação ao primeiro, conforme disposição da norma, o objetivo da fixação de índices contábeis deve limitar-se à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, em que se pode depreender, portanto, que tal exigência deve ser proporcional ao objeto a ser contratado.

Já quanto ao segundo e terceiro aspectos, como a norma não identifica que índices poderão ser exigidos e quais os valores de referência – proibindo, somente a utilização de fatores de rentabilidade e lucratividade daqueles não usualmente adotados para correta avaliação da situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação – floresceram entendimentos dos mais variados quanto a sua aplicação, porém todos eles são unificados quanto da pertinência da exigência ao objeto licitado e à garantia da ampla competitividade.

Por oportuno destacar, transcreve-se o entendimento do conceituado doutrinador Felipe Boselli:

Em uma segunda perspectiva, trazendo o exemplo de uma grande multinacional, que opte pelo regime de tributação de lucro real, é possível constatar uma prática consolidada de mercado.

As empresas optantes pelo lucro real adotam estratégia tributária diametralmente contrária à forma de aplicação de recursos de uma licitante que utilize o lucro presumido.

As grandes empresas buscam reaplicar seus lucros como forma de investimento interno. Assim, é possível reduzir o lucro real aferido pelo balanço patrimonial e, consequentemente, os tributos pagos por esta empresa, visto que o Imposto de Renda incidirá sobre o lucro efetivamente percebido que, no caso das empresas que optem pelo lucro real, deverá ser, para efeito de tributação, o menor possível.

Uma hipotética companhia, líder de mercado e em condições de absoluta solvência, não raras vezes, percebe resultados contábeis abaixo do padrão, **o que não significa, necessariamente, que a empresa está em dificuldade financeira, rumo à declaração de falência ou em situação similar.**

Para uma empresa crescer e se desenvolver no mercado é fundamental que esta assuma compromissos que, invariavelmente, refletirão em seu passivo e, por conseguinte, em seus índices contábeis.

No caso da LOCALIZA, empresa de notório reconhecimento, com quatro décadas de atuação no mercado, ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&Fbovespa) desde 2005, 3,5 milhões de clientes e 7.295 colaboradores, maior rede de aluguel de carros da América do Sul: são 533 agências distribuídas em 372 cidades de nove países e uma frota de 111.358 carros e com amplo histórico de contratos firmados com o Poder Público, é incontestável que a apresentação do Índice de Liquidez inferior a 01 (um) não significa, sobremaneira, a incapacidade da empresa em cumprir com os aportes financeiros envolvidos no certame.

A Localiza utiliza de diversos indicadores com o objetivo de avaliar a situação financeira e patrimonial da Companhia, dentre os quais podemos destacar dois: (i) **EBITDA**: utilizado para medir o próprio desempenho, sendo que alguns investidores, agências de *rating* e analistas financeiros utilizam o EBITDA como um indicador do desempenho operacional e do fluxo de caixa da Companhia. O EBITDA é o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, despesas de depreciação e amortização; e (ii) **Dívida líquida**: indicador que melhor representa o endividamento real. A dívida líquida corresponde aos endividamentos de curto e longo prazos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa.

Abaixo demonstra-se o EBITDA, a dívida líquida e os índices calculados com base na mesma, dos últimos anos²:

TOTAL DO ALUGUEL DE CARROS E FRANCHISING	2018	2017	2017 Ajustado	2018	2018 menos (2017) ou 2017 menos (2018) (Variação em Pontos-Percentuais)	2019	2020	19/	2019 menos (2018) ou 2018 menos (2019) (Variação em Pontos-Percentuais)	2020	19/
Receita bruta do aluguel de carros e franchising, dedução das despesas e cancelamentos	1.524,9	1.476,3	1.596,7	2.209,9	3.267,4	3.267,4	3.475,2	3,2%	869,9	1.119,1	27,6%
Receita bruta de outros serviços, incluindo dos seguros e cancelamentos	1.267,4	2.299,2	2.995,1	2.799,4	1.471,8	6.759,2	1.196,7	-6,2%	2.661,1	1.386,1	-51,6%
Receita bruta total	2.792,3	3.775,5	4.591,8	5.009,3	4.739,2	10.026,6	4.671,9	-2,1%	3.322,2	2.575,2	-23,4%
Despesas sobre receita	(326,8)	(31,3)	(362,2)	(352,4)	(84,3)	(376,8)	(320,2)	3,0%	(94,8)	(150,8)	-37,6%
Aluguel de carros e franchising ⁽¹⁾	(27,2)	(6,3)	(14,2)	(2,4)	(13,3)	(13,3)	(13,3)	0,0%	(6,4)	(6,4)	-0,0%
Aluguel de outros serviços	(299,6)	(25,0)	(348,0)	(350,0)	(71,0)	(363,5)	(306,9)	-15,7%	(88,4)	(144,4)	-39,3%
Receita líquida do aluguel de carros	1.465,5	1.444,2	1.229,6	2.656,9	3.322,4	3.348,8	3.348,0	0,2%	3.227,7	3.124,4	-3,0%
Receita líquida de outros serviços	1.240,2	2.267,9	2.632,9	2.447,0	1.465,1	6.380,4	3.361,7	-47,3%	2.604,7	1.319,7	-49,3%
Receita líquida total	2.705,7	3.712,1	3.862,5	5.103,9	4.787,5	9.729,2	6.709,7	-30,7%	5.832,4	4.444,1	-23,8%
Carros desativados	(171,7)	(208,3)	(191,7)	(1.187,7)	(1.484,0)	(1.112,0)	(1.154,2)	1,1%	(118,8)	(181,0)	-33,9%
Carros em desativação para renovação da frota	(1.177,0)	(1.100,2)	(1.100,2)	(1.100,0)	(1.100,0)	(1.100,0)	(1.100,0)	0,0%	(1.100,0)	(1.100,0)	-0,0%
Carros desativados e em desativação para renovação da frota	(1.348,7)	(1.308,5)	(1.291,9)	(2.287,7)	(2.588,0)	(2.212,0)	(2.254,2)	0,9%	(228,8)	(281,0)	-22,8%
Despesas operacionais (OS&A)	(86,8)	1.311,4	1.388,7	1.714,1	1.361,7	3.344,9	3.351,7	0,2%	766,9	866,9	11,3%
Aluguel de carros	(282,3)	(246,0)	(302,3)	(437,8)	(344,0)	(344,0)	(344,0)	0,0%	(167,3)	(213,0)	-21,3%
Aluguel de outros serviços	(174,5)	(165,4)	(186,4)	(276,3)	(220,0)	(220,0)	(220,0)	0,0%	(66,5)	(143,0)	-51,3%
Depreciação de carros	(87,6)	(117,7)	(117,7)	(117,7)	(117,7)	(117,7)	(117,7)	0,0%	(117,7)	(117,7)	-0,0%
Depreciação e amortização de outros imobilizados	(1,1)	(1,1)	(1,1)	(1,1)	(1,1)	(1,1)	(1,1)	0,0%	(1,1)	(1,1)	-0,0%
Aluguel de outros serviços	(24,6)	(24,2)	(22,0)	(27,1)	(31,1)	(108,8)	(126,7)	16,3%	(28,8)	(30,0)	2,2%
Carros desativados e em desativação para renovação da frota	(8,0)	(8,7)	(8,7)	(10,0)	(8,0)	(8,0)	(8,0)	0,0%	(8,0)	(8,0)	-0,0%
Carros desativados e em desativação para renovação da frota	(116,4)	(122,1)	(122,1)	(145,2)	(145,2)	(145,2)	(145,2)	0,0%	(116,4)	(122,1)	-4,9%
Despesas financeiras líquidas	(427,1)	(81,8)	(88,4)	(84,7)	(88,2)	(408,2)	(1.028,9)	7,2%	(286,3)	(473,2)	-63,7%
Despesas operacionais antes das despesas financeiras e IR (EBIT)	(170,2)	(204,6)	(204,6)	(286,8)	(286,8)	(286,8)	(286,8)	0,0%	(286,8)	(286,8)	-0,0%
Imposto de renda	(80,2)	(80,2)	(80,2)	(141,7)	(141,7)	(141,7)	(141,7)	0,0%	(141,7)	(141,7)	-0,0%
Carros desativados e em desativação para renovação da frota	(1,1)	(1,1)	(1,1)	(1,1)	(1,1)	(1,1)	(1,1)	0,0%	(1,1)	(1,1)	-0,0%
Carros desativados e em desativação para renovação da frota	(81,3)	(81,3)	(81,3)	(142,8)	(142,8)	(142,8)	(142,8)	0,0%	(81,3)	(81,3)	-0,0%
Margem líquida	886,4	1.622,8	1.570,6	1.816,2	1.202,5	1.517,0	1.455,5	4,9%	444,2	349,2	-24,4%
Margem de EBITDA	18,2%	18,3%	18,7%	18,7%	18,6%	17,8%	18,0%	1,7 p.p.	18,1%	22,8%	-4,7 p.p.

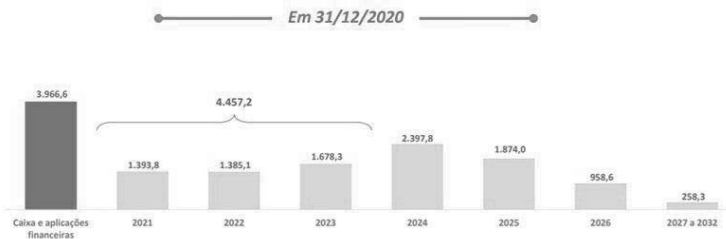
31/12/20		Aluguel de Carros
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Aplicações financeiras	-	-
Contas a receber	987.969	987.969
Carros em desativação para renovação da frota	8.460	8.460
Imobilizado	11.208.013	11.208.013
Outros ativos	974.118	974.118
Total do ativo	13.178.560	13.178.560
Passivo		
Fornecedores	1.460.297	1.460.297
Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	-	-
Outros passivos	2.105.780	2.105.780
Total do passivo	3.566.077	3.566.077
Patrimônio líquido	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.566.077	3.566.077

Verifica-se, portanto, que a relação Dívida Líquida pelo Patrimônio Líquido, EBITDA e valor da frota permanecem confortáveis ao longo dos últimos três anos devido à forte geração de caixa.

Destaca-se que a frota da Companhia, a qual representa grande parte do ativo não circulante, é de fácil liquidez, visto que a Companhia possui estrutura própria para venda dos carros desativados, item destacado pelas principais agências de *rating*. Além disso, a maior parte da dívida tomada é usada para a compra de carros, ativo gerador de caixa para a Companhia.

² Fonte: Resultados Localiza – Consolidado de 2020. <https://ri.localiza.com/informacoes-aos-acionistas/central-de-resultados/> ==

Em 31 de dezembro de 2020, o perfil da dívida era bastante confortável, o saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 era mais que suficiente para liquidar as dívidas vincendas em 2017, 2018, 2019 e 50% da dívida vincenda em 2020³.



A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos em caixa e equivalentes de caixa, com base no monitoramento contínuo da previsão dos fluxos de caixa e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Demonstrada a total capacidade financeira da empresa e, porquanto, a segurança da Administração em ver cumprido o objeto licitado, vedar a participação da Localiza na licitação, além de ferir orientação expressa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, **ofende o princípio da seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública.**

IV. - DAS OMISSÕES QUE IMPACTAM A PROPOSTA COMERCIAL A SER APRESENTADA PELAS LICITANTES: omissão dos limites do seguro

A Lei 8666/93 que regulamenta os processos licitatórios determina quais cláusulas devem contar obrigatoriamente em todo Edital:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

³ Fonte: Demonstrações Financeiras Localiza - <https://ri.localiza.com/informacoes-aos-acionistas/central-de-resultados/> ==

Ocorre que no Edital em seus anexos não prevê o limite da cobertura de seguro para os danos causados a terceiros, contrariando as regras da SUSEP:

CIRCULAR SUSEP No 269, de 30 de setembro de 2004:

Art. 2º **Deverão constar, das condições contratuais**, glossário com as definições dos termos técnicos utilizados no contrato, observando-se em função da estrutura de cada produto, **NO MÍNIMO, as seguintes definições:** valor de mercado referenciado ou valor determinado, apólice, avaria, aviso de sinistro, beneficiário, bônus, endosso, franquia, prêmio, proposta, salvados, segurado, seguradora, sinistro, vistoria prévia, regulação de sinistro, indenização integral e **limite máximo de garantia ou limite máximo de indenização (LMI)**, além do questionário de avaliação de risco.

Art. 4º As sociedades seguradoras, que comercializarem apólices de seguro de automóveis, podem oferecer ao segurado, quando da apresentação da proposta, a **cobertura de “valor de mercado referenciado” e/ou de “valor determinado”**.

Art. 15. Além das informações previstas em normativos específicos, a proposta e a apólice do seguro de que trata a presente Circular deverão conter, ainda, os seguintes dados:

- I – identificação do bem segurado;
- II – o valor atribuído ao bem, na modalidade de seguro “valor determinado”;
- III – indicação da tabela de referência e da tabela substituta, bem como seus respectivos veículos de publicação;
- IV – indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado;
- V – prêmios discriminados por cobertura;
- VI – **limites de indenização por cobertura;**
- VII – franquias aplicáveis;
- VIII – bônus, quando houver; e
- IX – respostas ao questionário de avaliação de risco, quando houver.

De forma equivocada define-se que na ausência de limite de cobertura definido o que exceder à cobertura contratada por meio de Seguradora deverá ser arcado pela locadora, ocorre, porém, que tal conduta constitui ato contra o Sistema Financeiro Nacional, tendo em vista que somente seguradoras podem oferecer cobertura de danos aos carros e a terceiros. Portanto, se a locadora oferece cobertura própria atua irregularmente como instituição financeira:

LEI No 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986:

Art. 1º Considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros (Vetado) de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

Parágrafo único. **Equipara-se à instituição financeira:**

- I - a **pessoa jurídica que capte ou administre seguros**, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros;
- II - a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual.

DOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Art. 16. Fazer operar, sem a devida autorização, ou com autorização obtida mediante declaração falsa, instituição financeira, inclusive de distribuição de valores mobiliários ou de câmbio.

Verifica-se, portanto, que a omissão editalícia fere o princípio da legalidade, basilar dos processos licitatórios.

Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Lei 8666/93

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Decreto 5450/2005

A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, **eficiência**, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Lei 9.784/99

Art. 2º **A Administração Pública obedecerá**, dentre outros, **aos princípios da legalidade**, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - Atuação conforme a lei e o direito;

Além de contrariar o princípio da legalidade, eventuais omissões prejudicam a segurança jurídica e podem onerar a Administração uma vez que eventual custo pode não ser englobado na proposta comercial apresentada pelo licitante vencedor. O Superior Tribunal de Justiça já julgou sobre o tema:

RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EXECUÇÃO JUDICIAL. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL. DÍVIDAS CONDOMINIAIS. **OMISSÃO NO EDITAL DE PRAÇA. RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE. IMPOSSIBILIDADE.** DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL CARACTERIZADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Na alienação judicial, **o edital** da praça, expedido pelo juízo competente, **deve conter todas as informações e condições relevantes para o pleno conhecimento dos interessados, em obediência à segurança jurídica, à lealdade processual e à proteção e confiança inerentes aos atos judiciais.**

2. No caso em liça, **houve falha**, reconhecida pelo eg. Tribunal de Justiça, **na confecção do edital** de leilão cuja consequência não pode pesar senão contra o exequente, que foi desidioso ou agiu de má-fé ao anuir com os termos omissos do edital, quando na verdade pretendia muito mais.

3. **Não havendo previsão no edital, os débitos condominiais anteriores não são de responsabilidade do arrematante, ora recorrente.**

4. Configurado o dissenso pretoriano, deve ser reformado o v. acórdão estadual para se adequar à jurisprudência desta Corte.

5. Recurso especial provido.

(REsp. 1456150/RJ RECURSO ESPECIAL 2014/ 0124038-4)

Válido ressaltar que omissões podem dar ensejar prorrogação ao prazo para início de etapas de execução, conclusão e entrega:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º **Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação**, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

V. DA RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DAS MULTAS POR INFRAÇÃO E TRÂNSITO DIRETAMENTE AO ÓRGÃO DE TRÂNSITO REGULADOR

Constitui previsão da Resolução nº 108/1999 do CONTRAN e o Código de Trânsito Brasileiro estabelecem que o proprietário será sempre o responsável pelos pagamentos da penalidade de multa, não possibilitando dessa forma que o pagamento seja realizado pelo possuidor do veículo:

RESOLUÇÃO nº 108/1999 - CONTRAN

Art.1º **Fica estabelecido que o proprietário do veículo será sempre responsável pelo pagamento da penalidade de multa, independente da infração cometida, até mesmo quando o condutor for indicado como condutor-infrator nos termos da lei**, não devendo ser registrado ou licenciado o veículo sem que o seu proprietário efetue o pagamento do débito de multas, excetuando-se as infrações resultantes de excesso de peso que obedecem ao determinado no art. 257 e parágrafos do Código de Trânsito Brasileiro.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Art. 282. Aplicada a penalidade, será expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, que assegure a ciência da imposição da penalidade.

§ 3º Sempre que a penalidade de multa for imposta a condutor, à exceção daquela de que trata o § 1º do art. 259, **a notificação será encaminhada ao proprietário do veículo, responsável pelo seu pagamento.**

Tendo em vista que a legitimidade é exclusiva do proprietário do carro, eventuais pagamentos realizados diretamente pela Prefeitura ao órgão competente constitui risco de não serem reconhecidos pelo mesmo, conforme já vivenciado pela ora impugnante.

É válido resaltar também que uma das obrigações de uma locadora de veículos é manter os carros devidamente regulares, não sendo passível aguardar que o cliente efetue o pagamento das multas incorrendo em risco de eventualmente pagamento fora do prazo e o documento do carro não ser liberado em decorrência dessa pendência, prejudicando o próprio cliente.

A responsabilidade pelas multas por infração de trânsito realmente é do Órgão, inclusive quanto ao pagamento, porém frente a sua ilegitimidade o mesmo não pode ser realizado diretamente ao Órgão de Trânsito, mas sim, por meio de reembolso à locadora, proprietária dos carros locados, não retirando a possibilidade de devolução de valores reembolsados caso eventual recurso apresentado seja deferido.

Atuar de forma divergente contraria os princípios da legalidade e razoabilidade, além de afastar a ampla competitividade, uma vez que as locadoras podem não participar do certame para afastar o risco de ter problemas com relação a regularização dos veículos.

VI. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Por todo o exposto, ante a ameaça de violação do princípio da legalidade e da seleção da proposta mais vantajosa a LOCALIZA requer que a presente impugnação seja conhecida e provida, para os seguintes ajustes no Edital:

- a. Inclusão da possibilidade de comprovação da capacidade econômica financeira por meio da comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo exigível;
- b. inclua os limites do seguro. Salientamos que essa locadora apresenta os limites, que estão dentre os praticados pelo mercado, que são: Danos Materiais a terceiros: R\$ 50.000,00 / Danos Corporais a terceiros: R\$100.000,00 / Danos Morais a terceiros: R\$ 5.000,00;
- c. inclusão da possibilidade de pagamento das multas por infração de trânsito por meio de reembolso à locadora;

Caso não seja esse o entendimento desta douda Comissão Permanente de Licitação, requer a remessa dos autos à autoridade superior, para conhecimento e acolhimento do presente apelo, tendo em vista o que acima se expõe.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2021

LOCALIZA RENT A CAR S/A



ESTADO DE SERGIPE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2020.006.168

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 09/2021/ADM.

OBJETO: Registrar Preços para Eventual Prestação de Serviços de Locação de Veículos, visando atender as necessidades das Secretarias/Órgãos e Autarquias desse Município.

1. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de impugnação recebida em face do **Pregão Eletrônico SRP n.º 09/2021/ADM**, que tem por objeto **Registrar Preços para Eventual Prestação de Serviços de Locação de Veículos, visando atender as necessidades das Secretarias/Órgãos e Autarquias desse Município**, interposto pela empresa **LOCALIZA RENT A CAR S/A (CNPJ n.º 16.670.085/0001-55)**. Basicamente, a Impugnante questiona 03 (três) pontos do instrumento convocatório, sendo eles: **1. a qualificação econômico-financeira para habilitação das participantes; 2. os valores das coberturas ofertadas aos veículos; 3. e a responsabilidade pelo pagamento das multas e/ou infrações de trânsito que porventura possam ocorrer.**

É o que vale relatar.

2. DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Preliminarmente, procedeu o Pregoeiro com a análise dos pressupostos de admissibilidade a fim de determinar se a presente impugnação atende aos requisitos estabelecidos pela legislação e normas editalícias. Em que pese a peça impugnatória tenha sido apresentada via correio eletrônico e não via sistema Licitanet, conforme preconiza o subitem 11.4 do Edital, atestada a tempestividade e o interesse nas matérias acima elencadas, decidiu o Pregoeiro por adotar a análise do mérito, com vistas a resguardar a satisfação do interesse público e afastar qualquer mácula do procedimento.



ESTADO DE SERGIPE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2020.006.168

3. DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

3.1. Da Qualificação Econômico-Financeira

Requer a Impugnante que o instrumento convocatório estabeleça a possibilidade de apresentação de capital mínimo e/ou patrimônio líquido mínimo para fins de atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeira do certame, caso não atingidos índices usuais iguais e/ou maiores a 1,0, já estabelecidos no subitem 18.5, alínea 'c' do Edital.

Nesse diapasão, **esclareça-se que a Instrução Normativa n.º 02/2010**, então apontada pela Impugnante como fundamento principal ao seu pleito, **encontra-se revogada, não possuindo aplicação a este e a qualquer outro pregão que possa vir a ocorrer.**

O instrumento acima foi revogado pela Instrução Normativa n.º 03/2018, que entre suas disposições nos trouxe o seguinte:

Art. 22. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

Art. 23. Ao fornecedor inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida, no referido Sistema, será facultada a apresentação da documentação atualizada à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro, conforme o caso, no momento da habilitação.

Art. 24. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no art. 22º desta Instrução Normativa, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, para fins de contratação.¹ (grifei)

Percebe-se dois pontos interessantes nas disposições acima.

1 Instrução Normativa n.º 03, de 26 de Abril de 2018. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.



ESTADO DE SERGIPE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2020.006.168

O primeiro é que a exigência dos índices contábeis iguais e/ou maiores que 1,0 (um) constitui prática usual das contratações públicas, estando inclusive nos modelos de editais disponibilizados pela Advocacia-Geral da União (AGU), visto que são notadamente reconhecidos como indicadores seguros e suficientes da situação econômico financeira das licitantes, garantindo segurança às contratações realizadas pelo Poder Público.

Já o segundo ponto é que a utilização do capital mínimo e/ou patrimônio líquido mínimo para fins de atendimento às exigências econômico-financeiras das participantes constitui uma discricionariedade da autoridade competente, não sendo sua aplicação vista como imposição aos agentes públicos envolvidos, devendo sua viabilidade ser analisada em cada situação.

No caso em tela, mostra-se razoável a possibilidade de apresentação de capital mínimo igual a 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente, em respeito ao art. 31, § 3º da Lei n.º 8.666/93², caso as participantes apresentem resultado igual ou menor que 1,0 (um), em qualquer dos índices demandados pelo subitem 18.5, alínea 'c' do Edital, como forma de ampliar a competitividade do Pregão, buscando sempre obter a proposta mais vantajosa e a satisfação do interesse público.

No mais, informo que não foram analisados nem levados em consideração os números contábeis apresentados na peça impugnatória, pois este não é o momento adequado para avaliação desse tipo de informação, visto que a situação financeira da Impugnante, sozinha, não reflete a realidade das demais empresas atuantes no segmento de locação de veículos, bem como esse tipo de informação isolada somente será objeto de interesse na fase habilitatória, caso sagresse arrematante de qualquer dos lotes a serem disputados.

3.2. Indicação dos Limites das Coberturas de Seguro

Aduz a impugnante que a ausência dos valores das coberturas de seguro para os danos causados a terceiros, o que contraria, em tese, as regras da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), bem como inviabiliza a formulação das propostas financeiras a serem apresentadas, e sugerindo os valores por ela já praticados.

2 § 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.



ESTADO DE SERGIPE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2020.006.168

A fim de responder a indagação acima, foi remetido o Ofício n.º 112/2021-CPL/ME/SE a Secretaria Municipal da Administração e Planejamento (SMAP), demandando as informações necessárias a elucidação da lacuna exposta, tendo sido respondido na data de hoje, por meio do Ofício n.º 159/2021, acostado aos autos, delimitando os seguintes valores mínimos:

LOTE 01	
Danos Materiais a Terceiros	R\$ 150.000,00
Danos Corporais a Terceiros	R\$ 150.000,00
Danos Morais a Terceiros	R\$ 20.000,00
Invalidez Permanente	R\$ 10.000,00
Morte	R\$ 10.000,00

LOTE 02	
Danos Materiais a Terceiros	R\$ 150.000,00
Danos Corporais a Terceiros	R\$ 150.000,00
Danos Morais a Terceiros	R\$ 20.000,00
Invalidez Permanente	R\$ 10.000,00
Morte	R\$ 10.000,00

LOTE 03	
Danos Materiais a Terceiros	R\$ 150.000,00
Danos Corporais a Terceiros	R\$ 150.000,00
Danos Morais a Terceiros	R\$ 20.000,00
Invalidez Permanente	R\$ 10.000,00
Morte	R\$ 10.000,00

LOTE 04	
Danos Materiais a Terceiros	R\$ 150.000,00
Danos Corporais a Terceiros	R\$ 100.000,00
Danos Morais a Terceiros	R\$ 20.000,00



ESTADO DE SERGIPE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2020.006.168

Invalidez Permanente	R\$ 5.000,00
Morte	R\$ 5.000,00

LOTE 05	
Danos Materiais a Terceiros	R\$ 150.000,00
Danos Corporais a Terceiros	R\$ 100.000,00
Danos Morais a Terceiros	R\$ 20.000,00
Invalidez Permanente	R\$ 5.000,00
Morte	R\$ 5.000,00

Indicados os limites mínimos das coberturas de seguro para os danos causados a terceiros, resta superada a suposta omissão editalícia.

3.3. Pagamento de Multas por Infração de Trânsito por meio de Reembolso à Locadora

Por fim, requer a Impugnante que seja responsável pelo pagamento das multas por infrações que porventura possam ser aplicadas aos veículos, alegando que esse procedimento gera risco a regularização dos veículos perante os órgãos de trânsito.

Uma vez que o questionamento acima refere-se ao acompanhamento e fiscalização dos contratos celebrados pela Administração Pública, foi remetido o Ofício n.º 112/2021-CPL/ME/SE a Secretaria Municipal da Administração e Planejamento (SMAP), demandando as informações necessárias a solução da problemática acima. Em sua resposta, manifestou o seguinte:

Permanece o pagamento das multas por infração de trânsito pela Administração Municipal, posto que nesses casos deve-se proceder com a minuciosa apuração dos fatos motivadores da penalidade a fim de apurar as respectivas responsabilidades dos envolvidos, quando houver, de modo a garantir eventual restituição do erário por qualquer ônus provocado.³

3 Ofício n.º 159/2021. Secretaria Municipal da Administração e Planejamento de Estância/SE.



ESTADO DE SERGIPE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2020.006.168

O procedimento acima é adotado como forma de cautela administrativa, a fim de assegurar ao futuro Contratante que possa realizar as investigações e/ou diligências necessárias a apuração das responsabilidades das partes envolvidas quando da ocorrência de infrações de trânsito, pois decorrem não apenas da atuação dos servidores responsáveis pela condução dos veículos, mas também das condições e manutenção dos mesmos, estes últimos de responsabilidade da Contratada, com vistas a adoção dos procedimentos necessários ao ressarcimento do erário por quaisquer desembolsos realizados para pagamento de multas aplicadas pelas autoridades de trânsito.

Logo, recomenda-se à Impugnante que, caso vencedora, comunique à Contratante com a maior brevidade possível a ocorrência de qualquer autuação dos veículos alugados ao Município, a fim de garantir o pagamento tempestivo das multas aplicadas e evitar qualquer tipo de dificuldade na regularização dos documentos veiculares.

4. DO JULGAMENTO DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

Da análise dos argumentos acima explicitados, com estrita observância do ordenamento jurídico pátrio, conclui-se pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** da presente impugnação, alterando as disposições editalícias para fins de qualificação econômico financeira das participantes, e mantendo-se a responsabilidade da Administração Municipal pelo pagamento de eventuais multas por infrações de trânsito.

Tendo em vista que os limites mínimos das coberturas de seguro para os danos causados a terceiros podem impactar na formulação das propostas, informo que o procedimento em tela será **REPUBLICADO** nas formas da lei.

Estância/SE, 17 de maio de 2021.

CAIQUE CLARO SILVA
Pregoeiro/PME
Portaria n.º 023/2021

RATIFICO EM ____/____/2021.

GILSON ANDRADE DE OLIVEIRA
Autoridade Competente
Portaria n.º 023/2021